

## **Impostos e encargos financeiros contribuem para alto custo de energia no Brasil**

Segundo especialistas, tarifas altas também afetam a competitividade do País e motivam a desindustrialização

Entre os fatores que elevam o preço de energia praticado no Brasil estão a dificuldade para construção de usinas com reservatório de regularização e os tributos sobre a aquisição de equipamentos e insumos”, declarou nesta terça-feira (16) o presidente da Associação Brasileira de Geradoras de Energia Elétrica, Flávio Antonio Neiva.

Durante o painel A Gestão do Setor Elétrico Pós-Leilões, no 12º Encontro Internacional de Energia, Neiva afirmou que, mesmo que o custo de produção de energia hidrelétrica seja barato, os tributos cobrados sobre os investimentos primários oneram o custo futuro e acabam sendo repassados para o consumidor. “No Japão, por exemplo, produzir energia é mais caro, porém, como os encargos não passam dos 8%, o preço final é bem menor do que no Brasil”, explicou. “Aqui, essa parcela chega a 35%.”

Para Adilson de Oliveira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o aumento das tarifas também tem efeitos impactantes na desindustrialização da economia brasileira, uma vez que “motiva a importação de bens intermediários, de componentes e, futuramente, de consumo duráveis”.

Ele também chamou a atenção para o fato de termos tarifas mais elevadas que a França e Estados Unidos. “O custo de oportunidade de gás e energia elétrica no Brasil é baixíssimo, então por que os preços são tão altos?”, questionou.

“A parcela referente à amortização dos investimentos nas usinas, também encarece a conta de luz”, lembrou o diretor da Fiesp, Paulo César C. Tavares. Ele comparou a continuação dessa cobrança a compra a prazo de um eletrodoméstico. “É como se você fizesse um crediário para comprar uma geladeira e, após quitá-la, viesse alguém e dissesse que é preciso continuar pagando por mais dez anos.”

Tavares enfatizou, ainda, que é por esse motivo que a Fiesp defende, com tanto afinco, o fim das renovações das concessões vigentes. “Quando acaba a concessão a usina está amortizada e é por isso que deve haver novos leilões. Só assim poderemos retirar essa parcela da conta paga pelo consumidor”, concluiu.



Antonio Neiva, presidente da Associação Brasileira de Geradoras de Energia Elétrica



Adilson de Oliveira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro